

**BANCO CNH CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825  
 Curitiba - PR - Brasil  
 Fone: (0xx41) 2107-7035  
 Fax: (0xx41) 2107-7540



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

**GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos e veículos comerciais produzidos pelas empresas do grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito. O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 4.327, 3.380, 3.464, 3.721, 3.988, 4.090 do CMN, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos. Mais informações sobre o gerenciamento de riscos e capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

**A) Risco Socioambiental**

Atendendo à Resolução nº 4.327 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da instituição, a complexidade das atividades, e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta por: a) Diretoria e Conselho de Administração; b) Comitê de Responsabilidade Socioambiental; c) Diretor responsável pela PRSA; e d) Área de gestão da PRSA.

**B) Risco Operacional**

Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que se subordina diretamente ao responsável por Controles Internos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II, o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

**C) Risco de Mercado**

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco. A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A.

As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de Funding o qual se reúne periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez. O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descausamento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo.

As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Industrial Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

**D) Risco de Crédito**

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Presidência e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de Credit Risk Management; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe underwriting especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

**E) Risco de Liquidez**

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

- I. a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- II. a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2016, o Índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 16,25%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Dezembro de 2016
Patrimônio de referência nível I	1.173.809,03
Capital principal	1.173.809,03
Patrimônio líquido	1.198.104,92
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(2.265,92)
<b>Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN</b>	<b>(2.029,97)</b>
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
<b>Patrimônio de referência de Nível II</b>	<b>0,00</b>
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
Dívida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN (2)	0,00
<b>Patrimônio de referência (a)</b>	<b>1.173.809,03</b>
Risco de crédito	6.584.770,07
Risco de mercado	30.291,91
Risco operacional	608.983,98
<b>Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)</b>	<b>7.224.045,95</b>
Patrimônio de referência exigido (RWA)	7.193.754,04
- Índice de Basileia	16,32%
- Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	16,25%
<b>Capital nível I</b>	<b>16,32%</b>
Capital principal	16,32%
<b>Capital nível II</b>	<b>0,00</b>
<b>RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)</b>	<b>16,21%</b>
Margem (PR - PRE - RBAN)	433.133,91

**A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL**

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual, monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; d) Comitê de Funding: desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado que envolve diretamente as áreas de Tesouraria, Presidência e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. bem como a Fiat Chrysler Finanças, empresa do grupo FCA responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário-base e ao teste de stress.

**OUIDORIA**

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.433, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 56,58% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 9,55% ao segmento de construção e 9,11% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 24,76% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 66,15% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do exercício registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 125.845 milhões por lote de mil ações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão considerando honras e off book era de R\$ 405.897 milhões representando 5,64% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2017.

A Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**  
 (Valores expresso em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2016	2015		Notas	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b>		3.693.984	3.581.628	<b>CIRCULANTE</b>		1.960.653	1.940.673
Disponibilidades	4	161	147	Depósitos	9	285.012	69.397
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	240.840	484.343	Depósitos interfinanceiros		129.424	50.398
Aplicações no mercado aberto		240.840	484.343	Depósitos a prazo		155.588	18.999
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	1.257	1.018	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	266.037	605.843
Instrumentos financeiros derivativos		1.257	1.018	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		89.774	79.108
Operações de crédito	6.a	3.337.248	2.901.766	Obrigação por emissão de letras financeiras		176.263	526.735
Setor privado		3.337.248	2.901.766	Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.311.251	1.185.016
Provisão para perdas em operações de crédito	6.c	(240.375)	(181.089)	Repasses do País - instituições oficiais		1.311.251	1.185.016
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(540)	(2.060)	Instrumentos financeiros derivativos	21	3.686	60
Setor privado		(540)	(2.060)	Outras obrigações		94.667	80.357
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		18.749	23.397	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		53	670
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(18.295)	(22.886)	Sociais e estatutárias		5.628	4.386
Outros créditos		(994)	(2.571)	Fiscais e previdenciárias	7.b	56.052	44.848
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	94.797	160.375	Diversas	7.a	32.934	30.453
Diversos	7.a	1.704	2.000				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	94.511	190.691				
Outros valores e bens		(1.418)	(32.316)				
Provisão para desvalorizações		20.221	36.039				
Despesas antecipadas		27.339	39.411				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		3.644.004	3.751.658	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		4.048.593	4.074.567
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	-	189.936	Depósitos	9	555.205	546.241
Aplicações no mercado aberto		-	189.936	Depósitos a prazo		555.205	546.241
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	189.936	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	46.829	156.872
Instrumentos financeiros derivativos	21	38	1.813	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		1.069	537
Operações de crédito	6.a	3.379.977	3.316.074	Obrigação por emissão de letras financeiras		45.760	156.335
Setor privado		3.379.977	3.316.074	Obrigações por empréstimos e repasses	11	3.387.601	3.299.291
Provisão para perdas em operações de crédito	6.c	(160.270)	(136.057)	Repasses do País - instituições oficiais		3.387.601	3.299.291
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(517)	(684)	Instrumentos financeiros derivativos	21	838	466
Setor privado		(517)	(684)	Outras obrigações		58.120	71.697
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		16.540	15.803	Fiscais e previdenciárias	7.b	33.214	51.439
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(16.540)	(15.803)	Diversas	7.a	24.906	20.258
Outros créditos		(517)	(684)				
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	264.506	244.519				
Diversos	7.a	99	467				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(1)	(104)	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>	12	192.642	187.043
<b>PERMANENTE</b>		62.005	76.699	Resultados de exercícios futuros		192.642	187.043
Investimentos		627	493				
Outros investimentos		1.134	1.000	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	14	1.198.105	1.207.702
Provisão para perdas		(507)	(507)	Capital - de domiciliados no exterior		885.597	885.597
Imobilizado de uso		2.168	3.103	Capital - de domiciliados no País		5.986	5.986
Outras imobilizações de uso		8.450	9.077	Reserva de capital		113.908	113.908
Depreciações acumuladas		(6.282)	(5.974)	Reserva de lucros		194.386	202.112
Imobilizado de arrendamento	8.a	44.017	53.452	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(1.772)	99
Bens arrendados		73.609	97.044				
Superveniência de depreciação		14.290	21.628				
Depreciações acumuladas		(43.882)	(65.220)				
Diferido		2.146	2.464				
Gastos de organização e expansão		6.052	6.013				
Amortização acumulada		(3.906)	(3.549)				
Intangível	8.b	13.047	17.187				
Ativos intangíveis		29.136	27.827				
Amortização acumulada		(16.089)	(10.640)				
<b>T o t a l</b>		<b>7.399.993</b>	<b>7.409.985</b>	<b>T o t a l</b>		<b>7.399.993</b>	<b>7.409.985</b>

**BANCO CNH CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825  
Curitiba - PR - Brasil  
Fone: (0xx41) 2107-7035  
Fax: (0xx41) 2107-7540**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	2016		2015
		2º semestre	Exercício	Exercício
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>418.719</b>	<b>816.166</b>	<b>829.164</b>
Operações de crédito	6.a	367.451	690.357	631.023
Operações de arrendamento mercantil	6.b	16.676	33.991	33.336
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	34.052	85.469	149.915
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	540	(137)	(8.433)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	6.486	23.323
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(265.750)</b>	<b>(483.009)</b>	<b>(537.370)</b>
Captações no mercado	9	(66.283)	(146.774)	(244.606)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(65.246)	(121.427)	(80.549)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(13.431)	(27.508)	(26.369)
Provisão para perdas com créditos	6.f	(120.790)	(187.300)	(185.846)
Resultado bruto da intermediação financeira		152.969	333.157	291.794
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(73.652)</b>	<b>(128.370)</b>	<b>(138.160)</b>
Receitas de prestação de serviços		4.526	9.346	9.387
Despesas de pessoal		(23.308)	(44.915)	(43.387)
Outras despesas administrativas	15	(42.933)	(83.264)	(78.611)
Despesas tributárias		(11.824)	(23.190)	(23.522)
Outras receitas operacionais	16	6.805	40.028	18.733
Outras despesas operacionais	17	(6.918)	(26.375)	(20.760)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>79.317</b>	<b>204.787</b>	<b>153.634</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>(10.172)</b>	<b>(11.697)</b>	<b>(743)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES</b>		<b>69.145</b>	<b>193.090</b>	<b>152.891</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	13	<b>(16.389)</b>	<b>(61.864)</b>	<b>(473)</b>
Imposto de renda corrente		(23.581)	(51.655)	(48.328)
Contribuição social corrente		(20.432)	(42.892)	(33.485)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		27.624	32.683	81.340
<b>PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO</b>		<b>(2.937)</b>	<b>(5.381)</b>	<b>(6.104)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO</b>		<b>49.819</b>	<b>125.845</b>	<b>146.314</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		<b>56</b>	<b>141</b>	<b>165</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2016		2015
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>309.842</b>	<b>679.030</b>	<b>676.833</b>
Intermediação financeira	418.719	816.166	829.164
Prestação de serviços	4.526	9.346	9.388
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(120.790)	(187.300)	(185.846)
Outras receitas operacionais	6.805	40.028	18.733
Outras receitas não operacionais	582	790	5.394
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(144.960)</b>	<b>(295.709)</b>	<b>(351.524)</b>
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(56.827)</b>	<b>(114.453)</b>	<b>(97.875)</b>
Materiais, energia e outros	(312)	(771)	(527)
Serviços de terceiros	(2.039)	(4.356)	(3.097)
Outras despesas administrativas	(36.803)	(70.463)	(67.352)
Outras despesas operacionais	(6.918)	(26.375)	(20.760)
Outras despesas não operacionais	(10.755)	(12.488)	(6.139)
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)</b>	<b>108.055</b>	<b>268.868</b>	<b>227.434</b>
<b>5 - DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(3.201)</b>	<b>(6.424)</b>	<b>(6.592)</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4+5)</b>	<b>104.854</b>	<b>262.444</b>	<b>220.842</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>104.854</b>	<b>262.444</b>	<b>220.842</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
Pessoal	22.573	43.110	42.697
Remuneração direta	18.758	35.971	34.608
Benefícios	2.718	4.775	5.392
F.G.T.S.	1.097	2.364	2.697
Impostos, taxas e contribuições	32.384	92.239	30.790
Federais	31.382	91.109	28.753
Estaduais	2	63	71
Municipais	500	1.067	1.966
Remuneração de capitais de terceiros	578	1.250	1.041
Aluguéis	578	1.250	1.041
Remuneração de capitais próprios	49.819	125.845	146.314
Juros sobre o capital próprio	928	76.552	76.619
Lucros retidos	48.891	49.293	69.695
<b>Total</b>	<b>104.854</b>	<b>262.444</b>	<b>220.842</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2016		2015
	2º semestre	Exercício	Exercício
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido	49.819	125.845	146.314
Ajustes ao lucro líquido	111.291	205.258	166.027
Depreciações e amortizações	3.201	6.424	6.592
Depreciação de arrendamento mercantil	10.460	21.931	25.326
Superveniência de depreciação	2.385	4.636	8.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	120.790	187.300	185.846
Provisão para desvalorização - bens não de uso	3.021	3.573	1.446
Provisão para contingências	1.010	10.350	4.522
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.624)	(32.683)	(81.340)
Aumento em resultados de exercícios futuros	(996)	5.599	17.779
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(956)	(1.872)	(2.150)
Variação em ativos e passivos:	(513.667)	(641.865)	(216.373)
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	1.102	5.534	(4.158)
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	(1.092.800)	(688.373)	(203.856)
Redução / (aumento) em outros créditos	76.166	78.275	136.047
Redução / (aumento) em outros valores e bens	245	174	(1.685)
Redução / (aumento) em depósitos	222.937	224.579	(82.640)
Redução / (aumento) em obrigação por operações compromissada	(54.299)	-	-
Redução / (aumento) em imobilizado de arrendamento	(4.406)	(17.132)	-
Aumento em obrigações por empréstimo e repasses	346.713	214.545	451.252
Redução / (aumento) em outras obrigações	9.609	(9.617)	(13.870)
Redução em captação no mercado aberto	(18.934)	(449.850)	(497.463)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	(352.557)	(310.762)	95.968
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(213)	221	9
Alienação / (aquisição) em imobilizado de arrendamento	-	-	(8.391)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	12.022	12.072	(5.459)
Alienação / (aquisição) de investimentos	(44)	(135)	45
Aplicação / (baixa) no ativo diferido	(23)	98	(214)
Aplicação / (baixa) no ativo intangível	(936)	(1.349)	(457)
Aplicação / (aquisição) de operações compromissadas	-	189.936	(189.936)
<b>Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimento</b>	<b>10.806</b>	<b>200.843</b>	<b>(204.403)</b>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(65.579)	(133.570)	(164.619)
<b>Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos</b>	<b>(65.579)</b>	<b>(133.570)</b>	<b>(164.619)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(407.330)</b>	<b>(243.489)</b>	<b>(273.055)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	648.331	484.490	757.545
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	241.001	241.001	484.490
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(407.330)</b>	<b>(243.489)</b>	<b>(273.055)</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social	Reserva	Reserva	Ajuste ao valor de mercado de	Lucros/prejuízos	Total
		realizado	de capital	de lucros	títulos e valores mobiliários	acumulados	
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>		<b>891.583</b>	<b>113.908</b>	<b>220.417</b>	<b>2.249</b>	<b>-</b>	<b>1.228.157</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(2.150)	-	(2.150)
Destinações:							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	146.314	146.314
Reserva legal		-	-	3.485	-	(3.485)	-
Dividendos		-	-	-	(88.000)	-	(88.000)
Reserva outras		-	-	66.210	-	(66.210)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	(76.619)	(76.619)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>891.583</b>	<b>113.908</b>	<b>202.112</b>	<b>99</b>	<b>-</b>	<b>1.207.702</b>
Mutações do exercício		-	-	(18.305)	(2.150)	-	(20.455)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>		<b>891.583</b>	<b>113.908</b>	<b>202.112</b>	<b>99</b>	<b>-</b>	<b>1.207.702</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(1.871)	-	(1.871)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	125.845	125.845
Destinações:							
Reserva legal		-	-	6.292	-	(6.292)	-
Dividendos		-	-	-	-	(43.001)	(43.001)
Remuneração do capital próprio		-	-	(14.018)	-	(76.552)	(90.570)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>891.583</b>	<b>113.908</b>	<b>194.386</b>	<b>(1.772)</b>	<b>-</b>	<b>1.198.105</b>
Mutações do exercício		-	-	(7.726)	(1.871)	-	(9.597)
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016</b>		<b>891.583</b>	<b>113.908</b>	<b>210.147</b>	<b>(817)</b>	<b>-</b>	<b>1.214.821</b>
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(955)	-	(955)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	49.819	49.819
Destinações:							
Reserva legal		-	-	5.890	-	(5.890)	-
Dividendos		-	-	-	-	(43.001)	(43.001)
Remuneração do capital próprio		-	-	(21.651)	-	(928)	(22.579)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>		<b>891.583</b>	<b>113.908</b>	<b>194.386</b>	<b>(1.772)</b>	<b>-</b>	<b>1.198.105</b>
Mutações do semestre		-	-	(15.761)	(955)	-	(16.716)

**BANCO CNH CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825  
 Curitiba - PR - Brasil  
 Fone: (0xx41) 2107-7035  
 Fax: (0xx41) 2107-7540



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A. O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro. O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras, em 27 de fevereiro de 2017. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- (b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (d) CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (f) CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (i) CPC 24 - Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
- (j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (l) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

**a) Apuração do resultado**

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

**b) Fluxo de caixa**

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (i) Das transações que não envolvem caixa;
- (ii) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (iii) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento / resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

**d) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

**e) Instrumentos financeiros derivativos**

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

**f) Provisão para perdas em operações de crédito**

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

**g) Bens não de uso próprio**

Está representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

**h) Arrendamento mercantil**

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

**i) Intangível**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

**j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")**

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

**k) Passivo circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

**l) Contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

**m) Provisões para imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% para 2015 e de 20% para 2016.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

**n) Uso de estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

**o) Resultado de exercícios futuros**

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

**p) Lucro líquido por lote de mil ações**

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 31 de dezembro de 2016.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2016	2015
Disponibilidades.....	161	147
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	240.840	484.343
<b>Total</b> .....	<b>241.001</b>	<b>484.490</b>

**5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Título	2016		2015		Total
	Circulante até 3 meses	Total	Circulante até 3 meses	Não Circulante acima de 1 ano	
Operações comprometidas.....	240.840	240.840	484.343	189.936	674.279
<b>Total</b> .....	<b>240.840</b>	<b>240.840</b>	<b>484.343</b>	<b>189.936</b>	<b>674.279</b>

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 85.469 (R\$ 149.915 em 2015).

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**

**a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:**

	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b> .....		
Repasse no País - BNDES FINAME.....	1.409.995	1.295.588
Empréstimos e financiamentos.....	2.167.628	1.787.267
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(240.375)	(181.089)
Subtotal.....	<b>3.337.248</b>	<b>2.901.766</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		
Repasse no País - BNDES FINAME.....	3.303.850	3.234.620
Empréstimos e financiamentos.....	236.397	217.511
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(160.270)	(136.057)
Subtotal.....	<b>3.379.977</b>	<b>3.316.074</b>
<b>Total</b> .....	<b>6.717.225</b>	<b>6.217.840</b>

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 690.357 (R\$ 631.023 em 2015).

**b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:**

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são apresentados em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2016	2015
Arrendamentos a receber.....	35.289	39.200
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(34.835)	(38.689)
Bens arrendados (Nota 8.a).....	73.609	97.044
Superveniência de depreciação (Nota 8.a).....	14.290	21.628
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a).....	(43.882)	(65.220)
Perda em arrendamento a amortizar.....	2.617	2.578
Amortização acumulada do diferido.....	(2.500)	(2.365)
Cretores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a).....	(14.167)	(19.479)
<b>Total</b> .....	<b>30.421</b>	<b>34.697</b>

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco apurou receitas com operações de arrendamento mercantil no montante de R\$ 33.991 (R\$ 33.336 em 2015) e despesas com arrendamento mercantil, no montante de R\$ 27.508 (R\$ 26.369 em 2015). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 1.511 (R\$ 3.255 em 2015).

**c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:**

	2016	2015
<b>SETOR PRIVADO</b> .....		
Rural.....	3.835.416	3.442.373
Comércio.....	1.226.764	1.065.724
Serviços.....	1.597.151	1.331.525
Pessoa física.....	490.764	829.512
<b>Total da carteira</b> .....	<b>7.150.095</b>	<b>6.669.134</b>
<b>CIRCULANTE</b> .....		
Operações de crédito.....	3.451.636	3.082.855
Valor presente das operações de arrendamento mercantil.....	16.162	20.709
Devedores por compra de valores e bens.....	125.988	96.759
Créditos por avais e fianças honrados.....	1.704	2.000
Subtotal.....	<b>3.595.490</b>	<b>3.202.323</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		
Operações de crédito.....	3.540.247	3.452.131
Valor presente das operações de arrendamento mercantil.....	14.259	13.987
Devedores por compra de valores e bens.....	-	226
Créditos por avais e fianças honrados.....	99	467
Subtotal.....	<b>3.554.605</b>	<b>3.466.811</b>
<b>Total da carteira</b> .....	<b>7.150.095</b>	<b>6.669.134</b>

**BANCO CNH CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825  
Curitiba - PR - Brasil  
Fone: (0xx41) 2107-7035  
Fax: (0xx41) 2107-7540**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honradas, de acordo com os níveis de risco**

Nível de risco	2016				2015			
	Em curso normal		Vencidos		Total		Total	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	837.510	-	-	-	837.510	-	680.069	-
A.....	2.308.326	11.542	-	-	2.308.326	11.542	2.420.432	12.102
B.....	1.406.773	14.068	41.109	411	1.447.882	14.479	1.426.553	14.266
C.....	1.163.251	34.897	53.991	1.620	1.217.242	36.517	929.508	27.885
D.....	957.086	95.709	68.692	6.869	1.025.778	102.578	886.198	88.620
E.....	12.109	3.633	62.208	18.662	74.317	22.295	114.962	34.489
F.....	12.562	6.281	19.996	9.998	32.558	16.279	44.452	22.226
G.....	12.509	8.756	9.479	6.635	21.988	15.391	45.758	32.031
H.....	62.227	62.227	122.267	122.267	184.494	184.494	121.202	121.202
<b>Total</b> .....	<b>6.772.353</b>	<b>237.113</b>	<b>377.742</b>	<b>166.462</b>	<b>7.150.095</b>	<b>403.575</b>	<b>6.669.134</b>	<b>352.821</b>

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	Garantias prestadas - em curso normal - FINAME BNDES			
	2016		2015	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	6.509	-	11.799	-
A.....	15.521	78	35.396	177
B.....	9.121	91	19.563	195
C.....	6.093	183	14.567	437
D.....	2.028	203	1.907	191
E.....	115	34	-	-
F.....	33	16	-	-
G.....	-	-	176	124
H.....	1.717	1.717	857	857
<b>Total</b> .....	<b>41.137</b>	<b>2.322</b>	<b>84.265</b>	<b>1.981</b>

**e) Provisão para garantias prestadas**

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam R\$ 41.137 (R\$ 84.265 em 2015). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a essas operações de repasse vencidas montavam R\$ 1.804 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.467 em 2015), e estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possui provisão no montante de R\$ 2.322 (R\$ 1.981 em 2015), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 1.419 (R\$ 32.420 em 2015), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa" referente às garantias já honradas.

**f) Movimentação da provisão para perdas com crédito**

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	2º Semestre de 2016		Exercício de 2016		Exercício de 2015	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período.....	2.601	358.037	1.981	352.820	3.003	220.689
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos.....	(279)	121.069	341	186.959	(1.022)	186.867
Parcela utilizada (compensação como prejuízo).....	-	(75.531)	-	(136.204)	-	(54.736)
<b>Saldo final</b> .....	<b>2.322</b>	<b>403.575</b>	<b>2.322</b>	<b>403.575</b>	<b>1.981</b>	<b>352.820</b>

Os créditos recuperados no exercício somaram R\$ 65.775 (R\$ 48.187 em 2015) e os créditos renegociados somaram R\$ 58.822 (R\$ 37.735 em 2015).

**7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES****a) Diversos**

	2016	2015
<b>Outros créditos - circulante</b>		
Títulos e créditos a receber.....	-	96.759
Créditos tributários (Nota 13.c).....	52.425	42.827
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 18).....	18.276	33.314
Imposto a compensar (a).....	13.954	13.414
Outros.....	9.856	4.377
<b>Total</b> .....	<b>94.511</b>	<b>190.691</b>
<b>Outros créditos - longo prazo</b>		
Créditos tributários (Nota 13.c).....	257.689	238.944
Devedores de depósito em garantia.....	6.719	4.986
Títulos e créditos a receber.....	-	226
<b>Total</b> .....	<b>264.408</b>	<b>244.156</b>
<b>Outras obrigações - circulante</b>		
Credores por antecipação de valor residual em garantia.....	7.527	11.626
Parcelas recebidas e não baixadas (b).....	4.692	8.605
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f).....	1.546	1.176
Provisão para pagamentos a efetuar.....	9.364	2.007
Despesas de pessoal.....	5.140	4.784
Outras despesas administrativas.....	4.665	2.255
<b>Total</b> .....	<b>32.934</b>	<b>30.453</b>
<b>Outras obrigações - longo prazo</b>		
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20).....	10.251	5.676
Provisão para passivos cíveis (Nota 20).....	7.239	5.924
Credores por antecipação de valor residual de garantia.....	6.640	7.853
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f).....	776	805
<b>Total</b> .....	<b>24.906</b>	<b>20.258</b>

(a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.

(b) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 31 de dezembro de 2016. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.

**b) Fiscais e previdenciárias**

	2016	2015
<b>Fiscais e previdenciárias - circulante</b>		
Impostos e contribuições a recolher.....	56.052	44.848
<b>Total</b> .....	<b>56.052</b>	<b>44.848</b>
<b>Fiscais e previdenciárias - longo prazo</b>		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.b).....	6.431	12.301
Provisão para contingências fiscais (Nota 20).....	26.783	39.138
<b>Total</b> .....	<b>33.214</b>	<b>51.439</b>

**8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL****a) Imobilizado**

	2016	2015
Veículos e afins (Nota 6.b).....	73.609	97.044
Superveniência de depreciação (Nota 6.b).....	14.290	21.628
Depreciação acumulada (Nota 6.b).....	(43.882)	(65.220)
<b>Total</b> .....	<b>44.017</b>	<b>53.452</b>
<b>Movimentação da superveniência de depreciação</b>		
Saldo inicial.....	21.628	32.093
Insuficiência de depreciação do período.....	(4.636)	(5.130)
Prejuízo do período.....	(2.702)	(5.335)
<b>Saldo final</b> .....	<b>14.290</b>	<b>21.628</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram registrados R\$ 4.636 de insuficiência de depreciação (R\$ 5.130 de insuficiência de depreciação em 2015) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

**b) Intangível**

	2016	2015
Intangível.....	29.136	27.827
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis.....	(16.089)	(10.640)
<b>Total</b> .....	<b>13.047</b>	<b>17.187</b>
<b>Movimentação da amortização</b>		
Saldo inicial.....	(10.640)	(5.624)
Amortização do período.....	(5.449)	(5.016)
<b>Saldo final</b> .....	<b>(16.089)</b>	<b>(10.640)</b>

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

**9. DEPÓSITOS**

Título	2016				2015	
	Circulante		Exigível a longo prazo		Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
CDI (*).....	129.424	-	-	-	129.424	50.398
CDB (*).....	-	155.588	452.739	102.466	710.793	565.240
<b>Total</b> .....	<b>129.424</b>	<b>155.588</b>	<b>452.739</b>	<b>102.466</b>	<b>840.217</b>	<b>615.638</b>

(\*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no exercício foi de 97,55% do CDI (97,75% em 2015).

(\*) Em 31 de dezembro de 2016, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 146.773 (R\$ 244.606 em 2015).

**10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES**

Título	2016				2015	
	Circulante		Exigível a longo prazo		Total	Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
LC.....	89.774	1.069	90.843	-	180.617	79.645
LF.....	176.263	-	45.760	222.023	444.046	683.070
<b>Total</b> .....	<b>266.037</b>	<b>1.069</b>	<b>136.603</b>	<b>222.023</b>	<b>645.732</b>	<b>762.715</b>

A taxa média verificada para as operações de aceites cambiais no ano foi de 97,00% do CDI (97,70% em 2015).

**11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R\$ 1.311.251 e R\$ 3.387.601 no circulante e não circulante, respectivamente, (R\$ 1.185.016 e R\$ 3.299.291 em 2015) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2024 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 121.427 (R\$ 80.549 em 2015).

**12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS**

Representados por R\$ 192.642 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 187.043 em 2015), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

**13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL**

	2º Semestre		Exercício	
	2016	2016	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações.....	66.208	187.709	146.787	
Encargos (imposto de renda e contribuição social).....				
às alíquotas nominais de 25% e 15%/20%, respectivamente.....	(29.794)	(84.469)	(59.183)	
<b>Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:</b> .....	<b>13.405</b>	<b>22.605</b>	<b>59.656</b>	
Efeito de outra adição / exclusão do semestre / exercício.....	(1.045)	(1.124)	(1.424)	
Destinação para incentivos fiscais.....	1.955	1.955	2.325	
Variação do diferido.....	(7.864)	(18.983)	27.654	
Efeito de juros sobre o capital próprio.....	20.359	40.757	31.101	
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre diferido.....	(16.389)	(61.864)	473	

**b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos**

Descrição	Exercício de	
	2016	2015
Provisão para perdas com créditos (a).....	235.493	193.041
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR).....	1.060	1.613
Provisão para contingências.....	4.714	2.656
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	3.813	2.409
COFINS Lei nº 9.718.....	65.457	67.634
Outros.....	(423)	14.418
<b>Total do crédito tributário</b> .....	<b>310.114</b>	<b>281.771</b>
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação.....	(6.431)	(9.732)
Ajustes a valor de mercado.....	-	(2.569)
<b>Subtotal</b> .....	<b>(6.431)</b>	<b>(12.301)</b>
<b>Créditos tributários - líquidos</b> .....	<b>303.683</b>	<b>269.470</b>

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 235.493 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96.



**BANCO CNH CAPITAL S.A.**

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825  
Curitiba - PR - Brasil  
Fone: (0xx41) 2107-7035  
Fax: (0xx41) 2107-7540**DIRETORIA**CARLO ALBERTO SISTO  
Diretor-PresidenteHEBERSON GOES  
DiretorJUCIVALDO FEITOSA  
Diretor**CHEFE DE CONTABILIDADE**ANDERSON LODOVICO  
CRC PR 045.454/O-6 - CPF 004.082.939-18**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**CLEVDORVINO BELINI  
PresidenteODDONE INCISA  
ConselheiroVILMAR FISTAROL  
ConselheiroCARLO ALBERTO SISTO  
ConselheiroFABRIZIO MILONE  
ConselheiroGILSON CARVALHO  
ConselheiroBIANCA BELOTTI  
ConselheiraCRISTINA SCATOLIN QUIRINO  
CRC PR 055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74**COMITÊ DE AUDITORIA**HEBERSON GOES  
PresidenteCARLO ALBERTO SISTO  
MembroJUCIVALDO FEITOSA  
Membro**COMITÊ DE REMUNERAÇÃO**FABRIZIO MILONE  
CoordenadorHEBERSON GOES  
MembroANDREA CHUEIRI  
Membro**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto por 03 membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

O componente organizacional da auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos garante adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a edição de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a instituição.

O Componente de Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Principais Atividades**

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira/contábil, gestão de riscos, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, processos de gestão de riscos e de capital, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê revisou os relatórios da administração, demonstrações contábeis e notas explicativas e discutiu com o auditor independente seus relatórios.

**Conclusão**

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da administração;

A auditoria interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê;

A auditoria independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 31/12/2016 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 24 de fevereiro de 2017.  
Comitê de Auditoria**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião com ressalva**

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota explicativa nº 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos****Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte (MG), 24 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/F-6Rogério Xavier Magalhães  
Contador CRC-1MG080613/O-1[www.bancocnh.com.br](http://www.bancocnh.com.br)